

Ano VII

n. 12

2016

ISSN 2179-5487

# R E V I S T A A N G E L U S N O V U S

12





“Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu.”

Walter Benjamin, *Sobre o conceito de história*

#### **Conselho editorial**

André Sekkel Cerqueira (Mestrando em História Social, FFLCH-USP); Breno Ferraz Leal Ferreira (Doutorando em História Social, FFLCH-USP); Bruna Oliveira Santiago (Mestranda em História Social, FFLCH-USP); Dirceu Franco Ferreira (Doutorando em História Econômica, FFLCH-USP); Fabrício Leal de Souza (Doutorando em História Social, FFLCH-USP); Gustavo Velloso (Mestrando em História Social, FFLCH-USP); José Pacheco dos Santos Júnior (Doutorando em História Econômica, FFLCH-USP); Luciano Thomé (Doutorando em História Social, FFLCH-USP); Marina Maria de Lira Rocha (Doutoranda em História Social, FFLCH-USP); Pâmela de Almeida Resende (Doutoranda em História Social, FFLCH-USP).

#### **Conselho científico**

Adriana Zierer (UEMA); Adriano Correia Silva (UFG); André de Melo Araújo (UnB); Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron (USP); Carlos Almeida Bacellar (USP); Carlos Augusto Ribeiro Machado (University of St. Andrews); Cláudia Wasserman (UFRGS); Francisco Pereira Costa (UFAC); James Green (Brown University); Jean Rodrigues Sales (UFRRJ); João Paulo Garrido Pimenta (USP); John D. French (Duke University); José Luís Cardoso (Universidade de Lisboa); Laura de Mello e Souza (USP e Université Paris-Sorbonne); Luiz Otávio de Magalhães (UESB); Maria de Fátima Costa (UFMT); Pedro Meira Monteiro (Princeton University); Rafael Chambouleyron (UFPA); René Ernaini Gertz (PUC-RS e UFRGS); Robério Santos Souza (UNEB); Samantha Viz Quadrat (UFF); Sebastião Vargas (UFRN); Susana Sosenski (Universidad Nacional Autónoma de México); Thiago Lima Nicodemo (UERJ).

#### **Pareceristas que colaboraram com esta edição**

Ana Flavia Barreto (Doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais); Ceres Moraes (UFGD); Cristiane Checchia (UNILA); Ethienne Sauthier (Doutor pela Sorbonne Nouvelle); Janaina de Almeida Teles (SEDES-Brasil); José Alves de Freitas Neto (UNICAMP); Lauro Joppert Swensson Junior (UEMS); Marcelo Amorim Checchia (IIEPAE); Mariana Joffily (UDESC); Patrícia Sposito Mechi (UNILA); Paulo César Carbonari (IFIBE).

# REVISTA ANGELUS NOVUS

PUBLICAÇÃO DOS PÓS-GRADUANDOS EM  
HISTÓRIA ECONÔMICA E HISTÓRIA SOCIAL  
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

1964, 50 anos depois  
perspectivas para uma história recente:  
parte II

Ano VII - Número 12 - 2016 - ISSN 2179-5487

## REVISTA ANGELUS NOVUS

Disponível eletronicamente em: [revistas.usp.br/ran](http://revistas.usp.br/ran)

### Ficha catalográfica

---

Revista Angelus Novus / Publicação dos Pós-graduandos em História Econômica e História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP – Ano VII, n. 12, 2016.

ISSN 2179-5487

1. História
  2. Historiografia
  3. Ciências Sociais
- 

### Indexada na base de dados em

Sistema Regional de Información em Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y xi Portugal – LATINDEX

### Imagem da capa

Detalhe da obra *Repressão outra vez: eis o saldo*, de António Manuel, 1968. ©Museu de Arte Moderna de São Paulo.

### Imagem da folha de rosto

Detalhe de *Angelus Novus*, de Paul Klee, 1920. ©Museu de Israel (CC BY-SA 3.0)

**Editor-chefe** Dirceu Franco Ferreira

**Divulgadores** Pâmela de Almeida Resende

**Editor de arte** Luciano Thomé

### Endereço

Av. Professor Lineu Prestes, 338  
Cidade Universitária  
São Paulo – SP – CEP 05508-900  
Caixa Postal 8105

### Endereço eletrônico

[angelusnovus@usp.br](mailto:angelusnovus@usp.br)

O conteúdo dessa revista é licenciado em Creative Commons (CC BY 3.0)

## SUMÁRIO

EDITORIAL	vii
IMAGEM da CAPA	ix
DOSSIÊ : 1964, 50 anos depois : perspectivas para uma história recente (parte II)	
APRESENTAÇÃO	xi
ARTIGOS	
Entrevista com Adriano Correia Silva Pâmela de Almeida Resende	13
A Tortura em foco : o trabalho da Anistia Internacional em relação ao Brasil durante a Ditadura Militar Renata Meirelles	21
Ditadura brasileira e seus desdobramentos em Desigualdade e Humilhação Social Luis Eduardo França Jardim Mariana Luiza Aron	41
A recente ditadura brasileira e a verdade histórica : os movimentos da justiça de transição nos sistemas de representação e nos processos de subjetivação do contemporâneo Sílvia Brandão	61
A Comissão Nacional da Verdade e os desafios e limites para a "justiça de transição" no Brasil João Batista Teófilo Silva	81
Cultura, memória e cotidiano: : a representação sobre os camponeses durante o regime cívico-militar de Alfredo Stroessner no Paraguai (1954-1989) Paulo Alves Pereira Júnior	107

As recordações, esses dentes de fera não saciada:  
: memória e política dos golpes de Estado no Chile e no Uruguai  
Larissa Jacheta Riberti

## EDITORIAL

O Estado brasileiro reconheceu oficialmente os crimes por ele praticados durante a recente ditadura civil-militar, de 1964 a 1985; a sociedade civil organizada se mobilizou para investigar, denunciar e levar a juízo público os crimes perpetrados por torturadores e assassinos que alegavam defender o país da ameaça comunista e de supostos grupos antidemocráticos; formou-se uma Comissão da Anistia para analisar pedidos de indenização das vítimas do estado terrorista que se instalou no Brasil e que, ainda hoje, mantém vivo seu espectro; o direito à verdade motivou a organização da mais ambiciosa iniciativa de pesquisa sobre as violações dos direitos humanos em nosso país – a Comissão Nacional da Verdade, acompanhada por iniciativas estaduais, municipais e institucionais, produziu vastíssima documentação para o estudo da violência de Estado na sociedade brasileira contemporânea. Por fim, em dois pleitos consecutivos o país elegeu Dilma Rousseff à presidência, mulher que traz em sua formação política as dores das torturas sofridas durante o regime militar e a experiência da luta na guerrilha contra a ditadura.

Se a história é escrita pelos vencedores - ideia que frequentemente anima a crítica historiográfica às edificações oficiais da História - a luta pela última palavra na narrativa da ditadura civil-militar, porém, apresenta-se aziagamente em aberto. Não se fez hegemônica a versão dessa história que buscou associar os ditadores às violações dos direitos humanos, não conseguimos revogar a lei da anistia e muitos, surpreendentemente, ainda têm que justificar as razões pelas quais devemos condenar um regime de torturas e violências de toda sorte. Desde 2013 e, mais fortemente, após o golpe parlamentar que derrubou a presidenta eleita em 2014, a voz sombria do apoio à ditadura militar ganhou espaço no governo, nas ruas e nas mídias sociais. O ministro da Justiça do atual governo, Alexandre de Moraes, chegou a afirmar que o país não precisava mais de pesquisa, e sim de armas. O Rio de Janeiro foi transformado no modelo de estado militarizado e intervencionista, com tropas e tanques nas ruas, e helicópteros atirando a esmo sobre a população civil. Políticos e defensores dos direitos humanos assassinados a sangue frio, voltaram a ser rotina nas grandes cidades. Segundo dados da Anistia Internacional divulgados em dezembro de 2017, mais de cem defensores e defensoras dos direitos humanos foram assassinados no Brasil entre janeiro de 2016 e dezembro de 2017. Em sua maioria, indígenas, trabalhadores sem-terra e ambientalistas.



## R E V I S T A   A N G E L U S   N O V U S

Multiplicaram os grupos defensores da intervenção militar no país e alguns candidatos às eleições presidenciais de 2018 já falam em manter e ampliar o modelo de intervenção realizado no Rio de Janeiro.

Qual o papel dos historiadores nesse contexto? Como pensar nosso ofício diante da situação do país e de uma geração que inicia sua formação pública trinta anos após o fim da ditadura? A *Revista Angelus Novus*, com seu décimo segundo número, propõe que voltemos uma vez mais, e cada vez mais, ao nosso passado recente, em busca de novas narrativas e olhares sobre a ditadura que, apesar de tudo, segue viva em nossa cultura política. Esperamos que a leitura da segunda parte do dossiê “1964, 50 anos depois: perspectivas para uma história recente” possa despertar o interesse por novas pesquisas, engajadas no presente, pelo fortalecimento da democracia e do Estado de Direito.

Os Editores

André Sekkel de Cerqueira

Bruna Braga Fontes

Bruna Santiago

Dirceu Franco Ferreira

Fabício Leal de Souza

Jaqueline Andrade

Luciano Thomé

Luma Ribeiro Prado

Mariana de Moraes Silveira

Marina Maria de Lira Rocha

Pâmela de Almeida Resende

Victor Pastore

## IMAGEM da CAPA



*Repressão outra vez: eis o saldo*, de António Manuel, 1968 (serigrafia sobre madeira, tecido e corda, 122 x 80 cm. Acervo do Museu de Arte Moderna de São Paulo).

O quadro que figura a capa da presente edição da Revista *Angelus Novus* pertence a uma série de seis serigrafias sobre madeira, cada uma coberta por um véu negro de tecido manipulável pelo observador. A obra evoca em sua forma mais imediata – do véu sobre fotos e manchetes diagramadas como em um jornal – a censura instaurada pelo regime ditatorial civil-militar. Em 1973, António Manuel (*Avelãs de Caminho*, 1947) voltaria a esse motivo em intervenção no cotidiano urbano, incluindo exemplares de jornais com manchetes alteradas em bancas de revistas. Já o tema da série aqui apresentada, em detalhe, traz menções ainda mais agudas e pungentes sobre o período: no

## REVISTA ANGELUS NOVUS

quadro acima, em foto menor, vemos um texto manuscrito, não muito claro se inscrito em parede ou cartaz: “abaixo a ditadu(...)”; em outro painel da série: “(...) eis o saldo: garoto morto, morreu um estudante”. O luto e a urgência de resistir soam o tom da obra, em tons de sangue e sombras.

## APRESENTAÇÃO

### 1964, 50 anos depois: perspectivas para uma história recente

A partir dos anos 2000, é possível observar um significativo aumento da produção historiográfica brasileira sobre o período ditatorial a partir de diferentes perspectivas, enfoques e olhares. Volver al pasado e vasculhar o projeto político do regime significou naquele momento, e ainda hoje, se deparar com os efeitos devastadores da tortura, a organização de um complexo sistema de informações e segurança, os consensos estabelecidos entre o Estado e setores da sociedade civil, o colaboracionismo e as especificidades dos regimes ditatoriais no Cone Sul, a institucionalização de espaços de memória nos espaços públicos, as discussões em torno da reinterpretação da Lei de Anistia e os legados da ditadura na democracia.

Em 2014, os 50 anos do golpe de 1964 foram rememorados com a realização de diversos seminários em universidades do país. Desde então, há um interesse crescente pelo assunto beneficiado, em grande parte, pela disponibilização de fontes e a utilização de diferentes métodos de pesquisa. Nesse sentido, a publicação da primeira parte do dossiê “1964, 50 anos depois: perspectivas para uma história recente” pretende contribuir para esse debate, a partir do resgate das múltiplas memórias desse passado.

No texto “A Tortura em foco: o trabalho da Anistia Internacional em relação ao Brasil durante a ditadura militar”, Renata Meirelles aborda a atuação dessa organização no que diz respeito às denúncias de violações dos direitos humanos por agentes do regime militar brasileiro. De acordo com a autora, a compreensão desse aspecto parte do entendimento fundamental de dois princípios norteadores da Anistia Internacional: a questão da não-violência e a ênfase no indivíduo. Já no artigo “Ditadura brasileira e seus desdobramentos em desigualdade e humilhação social”, os autores Luis Eduardo França Jardim e Mariana Luiza Aron descortinam a existência de modos de dominação promovidos pelo regime militar e como teria gerado o fenômeno da humilhação social. Para esses autores, a engrenagem criada nos 21 anos de ditadura foi responsável não apenas por disseminar a violência e o terror no cotidiano da população, mas colaborou para o aprofundamento das desigualdades sociais.

Silvia Maria Brandão Queiroz no artigo “A recente ditadura brasileira e a verdade

histórica: os movimentos da justiça de transição nos sistemas de representação em meio aos processos de subjetivação do contemporâneo” tem como ponto de partida as discussões no âmbito da filosofia política para compreender a herança autoritária na nossa atual democracia e os distintos atores presentes na cena pública. O foco de Queiroz está voltado mais nas iniciativas governamentais para tratar essas questões, como a instituição da Comissão Nacional da Verdade, e a influência nos processos de subjetivação em curso. Ainda nessa temática, no artigo “A Comissão Nacional da Verdade e os desafios e limites para a ‘justiça de transição’ no Brasil”, João Batista Teófilo Silva traz à tona o momento em que foi criada a Comissão Nacional da Verdade no Brasil, em 2012, com o objetivo de analisar as discussões em torno da chamada justiça de transição no país. O autor discorre, portanto, sobre a permanência da herança autoritária nas nossas instituições e os tipos de medidas implementadas nos últimos anos para a promoção do direito à memória, verdade e justiça.

Encerrando o dossiê, Paulo Alves Pereira Júnior em “Cultura, Memória e cotidiano: a representação sobre os camponeses durante o regime cívico-militar de Alfredo Stroessner no Paraguai (1954-1989)” recupera a longa ditadura paraguaia e a atuação de determinados setores populares, com destaque para os camponeses, e suas resistências cotidianas. Utilizando como fonte documental o tomo V do Informe Final da Comisión de Verdad y Justicia, o autor buscou mapear a atuação de indivíduos antes marginalizados, os aspectos culturais que saem desses testemunhos e a própria ruptura com o discurso do coloradismo, a noção de progresso e uma identidade paraguaia.

Os artigos, ora apresentados, contemplam uma pequena parte das múltiplas possibilidades de análise do nosso passado recente. No entanto, acredito que o maior mérito do presente dossiê é justamente a presença de diferentes olhares e abordagens, fruto de intensas pesquisas desenvolvidas no interior dos Programas de Pós-Graduação Brasil afora. A oportuna publicação da RAN 12 representa, sem dúvidas, mais uma contribuição aos estudos sobre o período ditatorial e seus efeitos ainda hoje na sociedade brasileira. Boa leitura!

Pâmela de Almeida Resende  
Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo  
Organizadora do dossiê